

Cresce dificuldade com linhas comerciais

por Ângela Bittencourt
de São Paulo

Está se agravando a situação de bancos brasileiros representados no exterior. Os bancos credores do País estão encurtando os prazos de renovação das linhas que financiam o comércio, que encarecem junto com as interbancárias.

Neste momento, os bancos brasileiros vislumbram duas saídas: a possibilidade de o Banco Central comprar das instituições nacionais as carteiras de crédito referentes às operações interbancárias, da ordem de US\$ 6 bilhões; ou o Banco Central do Brasil voltar a fazer depósitos dos juros devidos à comunidade internacional em bancos brasileiros.

As duas alternativas, reconhecem os representantes em Nova York, foram ouvidas pela ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, nesta semana. Reforça a preocupação dos bancos, porém, o reconhecimento de que em qualquer hipótese, para o governo brasileiro dar assistência aos bancos no exterior, as reservas internacionais do País seriam comprometidas.

Estes representantes detectam que, embora novo, o atual governo tem a mesma preocupação do antigo: o seqüestro das reservas no caso de os juros atrasados estarem depositados em agências brasileiras no exterior. Pelo menos parte das reservas está no Banco para Compensações Internacionais (BIS) na Basileia, Suíça. Temendo um recrudescimento das atuais dificuldades de captação — feita por prazos menores e custos maiores — os bancos nacionais sugerem o depósito dos juros em atraso, estimados entre US\$ 5,3 bilhões e US\$ 5,7 bilhões, nas matrizes no Bra-

sil. Este colchão de recursos daria fôlego às instituições que poderiam depender menos dos credores.

CUSTO SOBE

Estes bancos credores — que também se reuniram com a ministra da Economia em Nova York — estão agindo exatamente como seus parceiros nacionais às vésperas do Plano Collor: reduzindo rapidamente os prazos de renovação de operações, fato que provoca o agravamento de seu custo. No Brasil, a data limite dos negócios era 15 de março, porque havia expectativa com a dimensão do choque econômico que seria adotado pela nova equipe.

Os bancos credores fixaram sua data limite, para renovações das linhas em 29 de junho, que marca o fechamento dos balanços trimestrais. O acordo da dívida em vigor, que expira em 1991, permite aos bancos suspender as linhas e proceder a um remanejamento se desejarem. Os bancos brasileiros temem que esta possibilidade seja utilizada em um mês.

A apreensão, que toma conta das agências em Nova York, já disparou um processo de revisão de funções e objetivos de bancos brasileiros representados no exterior. Hoje eles somam dezenas instituições em Nova York, a principal praça de negócios, mas poderão ser reduzidos à metade, caso não recuperem com rapidez parte da dinâmica que perderam nos últimos anos com a crise da dívida brasileira.

Há dois meses a situação se agrava. O custo do dinheiro para parte destes bancos vem sumindo sensivelmente desde o Plano Collor, que abalou a imagem de solidez do sistema bancário nacional dentro e fora do País. O choque econômico foi o estopim que

deflagrou uma fase crítica das linhas de financiamento de curto prazo, tanto para o comércio exterior quanto interbancárias.

FÔLEGO

Os bancos brasileiros debatem, hoje, alternativas de captação de recursos que possam dar fôlego às operações de importação e exportação — privilegiadas pelo Plano Collor — e que poderão garantir às instituições um retorno positivo que favoreça os balanços das matrizes, que certamente contabilizarão a partir de agora baixas expressivas na rentabilidade com a queda da inflação.

Não é simples, porém, procurar um espaço neste disputado mercado internacional. Desde a crise da dívida, os bancos brasileiros estão encalacrados dentro dos limites das linhas que passaram a ser renegociadas pelo governo. Elas somam cerca de US\$ 10,6 bilhões de comerciais e US\$ 6 bilhões interbancárias.

Nas últimas semanas, estas linhas passaram a ser utilizadas em larga escala, como consequência do próprio plano de estabilização que, se por um lado acelerou o processo de exportação com a prática de uma taxa de câmbio mais realista, de outro agravou a disputa entre os bancos e o aumento dos "spreads" cobrados pelos banqueiros credores do Brasil.

"Ainda existem bancos que pagam "spread" inferior a 1%, mas para outros o dinheiro tem o preço da sua necessidade", conta um representante em Nova York. Além das exportações crescentes, que estavam encalacradas desde o último trimestre de 1989, as linhas começaram a ser pressionadas por outros fatores.

BLOQUEIO

Imediatamente ao plano, as linhas foram usadas pa-

ra garantir liquidez ao sistema bancário doméstico, que teve seu capital bloqueado em 80%, seguindo a regra imposta pelo governo, que reteve o estoque nesta proporção em moeda velha, liberando apenas 20% em cruzeiros.

Um segundo movimento — que ainda perdura, sendo fortalecido nos últimos dias com o avanço da taxa de câmbio comercial — foi o adiantamento de contratos de câmbio (ACC), na medida que o financiamento de capital de giro obtido via câmbio tornou-se muito mais barato que o crédito bancário convencional.

Em seguida, os bancos brasileiros passaram a viver sem a linha de crédito do BC, que financiava o comércio exterior, ao mesmo tempo em que sofreram um ajuste severo na sua carteira de câmbio. Embora num primeiro momento o BC tenha derrubado as restrições para as posições "compradas" das instituições, há algumas semanas esta decisão foi reformulada, com o Banco Central permitindo uma posição "comprada" em até US\$ 1 milhão em poder dos bancos, com a obrigatoriedade das instituições brasileiras depositarem o volume excedente de dólares (portanto, acima de US\$ 1 milhão) em nome da autoridade monetária.

Esse acerto reforçou a demanda pelas linhas externas, favorecendo a posição dos bancos internacionais, que já andam aborrecidos por não conseguir receber pelo menos uma parcela dos juros atrasados desde o ano passado.

ROLAGEM DIFÍCIL

Representantes dos bancos brasileiros no exterior contam que a principal dificuldade é a rolagem do interbancário, que afeta em particular instituições com

perfil de carteira de empréstimos de médio e longo prazo. Esses ativos — que sobrecregam especialmente as posições do Banco do Brasil e do Banespa — são cobertos com recursos de curto prazo do interbancário. De cerca de US\$ 6 bilhões em ativos brasileiros, US\$ 3,5 bilhões estão na posição do Banco do Brasil e US\$ 1,2 bilhão no Banespa.

As carteiras de bancos privados em geral estão melhor distribuídas, mas ainda assim alguns são bem mais vulneráveis. Os representantes de um dos maiores conglomerados financeiros do País observa que existe clara apreensão com a impossibilidade repentina de um destes bancos dependentes do interbancário rolar sua posição nas aplicações diárias. Ele não nota disposição do Banco Central do Brasil em socorrer as instituições que possam enfrentar dificuldades de captação.

Os bancos comerciais se sentem órfãos dos bancos centrais. O Federal Reserve (banco central norte-americano) também não é dono do problema, na medida em que não aceita riscos soberanos como garantia para as linhas de redesconto. Os bancos brasileiros têm bem claro que toda a confusão começa com a renegociação da dívida.

ESQUEMA PERVERSO

"O esquema é perverso, porque obriga os bancos

credores a não apresentar dificuldade nas linhas. Portanto, as comerciais e as interbancárias devem estar repassadas aos bancos brasileiros. Os brasileiros, por sua vez, temendo perder sua participação neste mercado, acabam sendo forçados a sacar as linhas mesmo quando não precisam delas. Isto não significa, contudo, que elas não custam nada. Ao contrário, elas embutem um custo adicional para as instituições", explica um banqueiro em Nova York.

Com o Plano Collor, o aumento das exportações e a necessidade de dólares para garantir a liquidez ao sistema doméstico, o uso das linhas chegou ao limite com os "spreads" subindo.

O resultado deste movimento é o encarecimento de operações de comércio exterior no Brasil e a completa inviabilidade de transações no mercado exterior. "Nós não temos flexibilidade porque podemos ficar sem as linhas a qualquer momento, dependendo da relação do governo brasileiro com os credores, e também perdemos a possibilidade de fazer negócios aqui fora, porque os 'spreads' que pagamos aos banqueiros não permitem que nossas taxas sejam competitivas para empresas de primeira linha", resume uma fonte brasileira, que há mais de uma década transita pelo competitivo mercado internacional.